

# AS POLÍTICAS EXTERNAS DE ARGENTINA E BRASIL DURANTE SEUS REGIMES MILITARES

## UMA ABORDAGEM COMPARATIVA

Wilton Dias Barbosa e Isaque Elias Portilho

### INTRODUÇÃO

As diretrizes de política externa tanto na Argentina quanto no Brasil durante o período dos governos militares, 1966-1973/1976-1983 e 1964-1985, respectivamente, foram orientadas por algumas similaridades no que se refere a conceitos e práticas. Noções como, *autonomia*, *alinhamento* e *distanciamento* estiveram presentes em ambos os países no tocante aos processos de condução de suas políticas externas. No que se refere à análise da política externa enquanto disciplina, Simonoff aponta que: «Em suas origens disciplinares, as análises de política exterior argentina buscaram encontrar certas lógicas que permitissem uma análise estrutural. A aparição de diferentes conceitos (autonomia, inserção, isolamento, etc.), determinou, da mesma maneira que os tipos ideais de Weber, diversas construções explicativas.»<sup>1</sup>

Esse mesmo modelo explicativo é também percebido em diversos trabalhos de acadêmicos que analisaram a história da política externa brasileira, de entre os quais selecionamos os que apresentamos em nota<sup>2</sup>.

Conforme pontua Todd Landman: «Por razões de simplificação cognitiva os comparadores frequentemente estabelecem diversas classificações conceituais para agrupar um número elevado de países, sistemas políticos ou acontecimentos em categorias diferenciadas com características identificáveis e compartilhadas.»<sup>3</sup>

### RESUMO

O objetivo do presente artigo é discutir a política externa dos governos militares naqueles que são os países mais influentes no Cone Sul do continente americano: Argentina e Brasil. O mesmo busca, através de uma análise comparativa das diretrizes de política externa dos dois países durante seus regimes militares, entender em que medida os mesmos estabeleciam relações de cooperação ou de competição no âmbito bilateral. Busca-se igualmente localizar seus posicionamentos em relação ao sistema bipolar que caracterizou o período. Foi feita ainda uma breve análise dos processos de abertura que foram conduzidos em ambos os países no novo contexto que caracterizou o sistema internacional no imediato pós-Guerra Fria.

*Palavras chave:* Argentina, Brasil, relações bilaterais, América do Sul.

### ABSTRACT

THE FOREIGN POLICIES OF ARGENTINA AND BRAZIL DURING THEIR MILITARY REGIMES: A COMPARATIVE ANALYSIS

→

**I**n this paper, we discuss the foreign policy during the latest military governments of the most influential countries in the Southern Cone of the Americas: Argentina and Brazil. More precisely, this work intends to compare the guidelines of the foreign policies of both countries during their respective military regimes and understand to what extent they established relations of cooperation or competition in a bilateral scope. At the same time, we also seek to understand the influences from those policies in relation to the bipolar system that characterized this historical period. Next, we will also make a brief analysis of the processes that marked the political opening to democracy conducted in both countries by analyzing how they have influenced the Brazilian-Argentine relations in this new international system characterized by the end of the Cold War.

*Key words:* Argentina, Brazil, bilateral relations, South America.

Nesse sentido, essas aproximações no tocante ao estabelecimento de conceitos que possam explicar de forma mais substancial as práticas dos diferentes momentos das políticas externas em ambos países pode ser um fator positivo ao se buscar fazer um estudo comparado das mesmas, já que essas similaridades conceituais podem oferecer uma melhor orientação nas conclusões a serem extraídas da comparação.

Existe por parte da opinião pública, dos meios de comunicação nacionais e em parte da comunidade acadêmica a ideia de rivalidade entre Argentina e Brasil<sup>4</sup>. Por outro lado, existe na comunidade sul-americana a ideia de que os golpes militares perpetrados na região durante a segunda metade do século XX buscaram atender interesses externos voltados especialmente para as relações políticas e comerciais estadunidenses. Nesse sentido, os países da região teriam mantido uma relação de exclusividade com os Estados Unidos no sentido de beneficiar aquele país especialmente no âmbito das negociações e trocas externas.

Tais premissas orientam as razões para o desenvolvimento do presente artigo. Nesse sentido, o mesmo buscará discutir as diretrizes de política externa dos governos militares na Argentina e no Brasil, verificando quais são as similaridades e diferenças em suas orientações e em que medida os dois países estabeleciam relações de cooperação ou de competição no âmbito bilateral durante um período que foi caracterizado pela forte ênfase que os regimes militares estabelecidos nos mesmos deram ao interesse nacional e às políticas de caráter nacionalista, que se refletiam em muitos momentos na busca pela representatividade da região frente aos países centrais. O objetivo é verificar se de fato existia uma disputa pelo poder de influência e se essa disputa afetava de forma contundente as relações políticas e diplomáticas entre os mesmos. No âmbito multilateral o artigo busca entender o posicionamento dos dois países frente ao sistema bipolar que caracterizou o período e em que medida a ideia de um alinhamento automático dos mesmos aos Estados Unidos esteve refletida nas práticas de suas políticas externas.

Será feita, em seguida, uma breve análise dos processos de abertura que foram conduzidos em ambos os países por meio de uma comparação daquelas que foram suas tendências de políticas externas no novo contexto que passou a caracterizar o sistema internacional do imediato pós-Guerra Fria, e em que medida as mesmas influenciaram suas relações nesse novo contexto. O objetivo central do artigo é extrair conclusões que possam orientar uma resposta a essas premissas apresentando nossas considerações finais.

Para fins de recorte temporal, analisaremos as políticas levadas a cabo no Brasil após o golpe militar brasileiro em 1964 e na Argentina tomaremos como ponto de partida 1966, ano do primeiro golpe militar no país. Considera-se aqui que nesse período as relações bilaterais passaram a ocupar maior espaço nas pautas de política externa dos dois países, visto que novos temas que ligavam os mesmos no plano externo tornaram-se igualmente definitivos para o direcionamento das políticas internas dentro do quadro de desenvolvimento que os dois lados buscavam no período, exemplo disso foi a questão relativa ao aproveitamento energético da Bacia do Prata.

Dado que a literatura existente possibilita uma grande amplitude de análises, o presente artigo oferece uma contribuição utilizando o modelo comparativo com o objetivo de entender as relações bilaterais nos contextos explicitados acima através de uma revisão bibliográfica e da análise crítica de diversos textos acadêmicos e de livros que analisaram as políticas externas dos dois países nos períodos abordados.

## **1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA POLÍTICA EXTERNA DOS REGIMES MILITARES DE ARGENTINA E BRASIL**

A política externa brasileira (PEB) no período militar apresentou alguns traços em comum tanto nos governos dos militares considerados «moderados» quanto naqueles considerados de «linha-dura». Dentre essas características estavam presentes elementos que poderiam ser entendidos como conflitantes, como, por exemplo, aqueles de ordem ideológica que marcaram o período de tensão Leste-Oeste e a necessidade de estabelecer um pragmatismo que promovesse os interesses do país acima de qualquer divergência política. Isto é, se por um lado os militares enxergavam a necessidade de se frear a «ameaça comunista», por outro, o isolamento das relações com esse bloco significava uma grande perda em termos econômicos para o país.

Segundo Letícia Pinheiro<sup>5</sup>, a deposição de João Goulart (1961-1964) significou, além do início do período militar em si, o marco da retomada de uma política externa voltada ao alinhamento americanista, em seus primeiros momentos. Luiz Cervo e C. Bueno<sup>6</sup> apontam que nos primeiros anos do regime militar, questões de segurança coletiva e de combate ao comunismo ganharam maior espaço na agenda do Itamaraty.

O rompimento das relações diplomáticas com Cuba e o distanciamento com a China logo nos primeiros meses do Governo do general Castelo Branco (1964-1967) já mostravam que decisões de ordem ideológica iriam pautar a PEB ao menos nos primeiros anos do novo regime. Contraditoriamente, as relações comerciais com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) continuaram, ainda que as relações do Brasil com os países vizinhos e com os países africanos recém-independentes fossem pautadas pela lógica de «imunização» do Sul hemisférico contra a ameaça que a ideologia comunista representava para os militares brasileiros.

O elemento ideológico também esteve presente na política externa argentina. No momento da instauração do primeiro governo militar no país, a lógica da blindagem

contra o comunismo e uma postura pró-ocidentalista foi adotada. No entanto, de acordo com Marisol Saavedra<sup>7</sup>, a instauração do segundo período do governo militar em 1976 não foi condição automática para que a Argentina se alinhasse aos Estados Unidos, já que os militares argentinos ainda viam vantagens em permanecer no grupo de países não-alinhados. Dentre essas vantagens, pode-se citar o fato de que o regime já não era bem visto pela comunidade internacional, dentro do quadro de avanço da democracia no contexto internacional. Por outro lado, o não-alinhamento era importante, pois, assim, o país não correria o risco de aumentar seu isolamento, uma vez que os não-alinhados se tratava de um grupo de países com interesses comuns dentro da lógica bipolar do sistema internacional do período no que tangia a distribuição de poder e de tomada de decisão.

Além disso, os países não-alinhados poderiam significar um apoio diplomático e militar em potencial para os interesses do Governo argentino, o que de fato ocorreu durante a Guerra das Malvinas em 1982. Segundo Alberto Sosa<sup>8</sup> «nesse contexto e paradoxalmente, a Junta Militar Argentina teve uma relação especial com a URSS. Decidiu não aderir ao embargo comercial decretado pelo governo de Jimmy Carter contra a URSS por haver invadido o Afeganistão.» Os motivos dessa relação especial estiveram diretamente relacionados a questões comerciais, já que a URSS era grande importadora de *commodities* argentinas conforme veremos mais adiante.

Esse pragmatismo de autopreservação argentino tinha um caráter mais político do que econômico e, nesse sentido, ele coincidia em alguns aspectos com o «pragmatismo ecumênico e responsável» da PEB de Geisel (1974-1979) no Brasil, que igualmente buscava a blindagem contra o comunismo sem abrir mão das relações comerciais com

O PRAGMATISMO DE AUTOPRESERVAÇÃO ARGENTINO TINHA UM CARÁTER MAIS POLÍTICO DO QUE ECONÔMICO E, NESSE SENTIDO, COINCIDIA EM ALGUNS ASPETOS COM O «PRAGMATISMO ECUMÊNICO E RESPONSÁVEL» DA PEB DE GEISEL NO BRASIL.

os países do Leste. Nesse sentido, destarte a ideia de uma política externa ecumênica, a diplomacia do Itamaraty levada a cabo no período, propunha, de modo mais essencial, a «adoção de uma visão ecumênica do ponto de vista comercial»<sup>9</sup>, o que ia ao encontro das proposições argentinas. Por outro lado, Luiz Cervo e C. Bueno<sup>10</sup> apon-

tam outros motivos para o não alinhamento do Brasil que são coincidentes aos da política externa argentina presentes na análise de Saavedra<sup>11</sup>, como, por exemplo, o das denúncias norte-americanas em relação aos desrespeitos dos direitos humanos nos dois países. Com relação a essas denúncias de violações aos direitos humanos Luiz Cervo<sup>12</sup>, ao comentar a questão, pontua que a Argentina «teve de recusar, em 1977, como fizera o governo brasileiro, a ajuda militar dos Estados Unidos, que vinha subordinada à verificação interna do respeito aos direitos humanos», já que essa era uma forte orientação da política externa do Governo de Jimmy Carter que governava os Estados Unidos nesse período.

Durante o Governo do Presidente Figueiredo (1979-1985), já no final do regime militar brasileiro, a PEB manteve alguns dos elementos essenciais do «pragmatismo ecumênico e responsável» do Governo anterior, que visava, dentre outros aspetos, aproximar o Brasil dos demais países latino-americanos. Em relação ao episódio envolvendo a Guerra das Malvinas, o Brasil optou pela chamada «neutralidade imperfeita» porque, na prática, tal neutralidade não era equidistante já que o país «assumia a representação dos interesses argentinos na Grã-Bretanha e concedia ajuda material, inclusive militar [para a Argentina]»<sup>13</sup>.

## **2. AS RELAÇÕES EXTERNAS ENTRE ARGENTINA E BRASIL SOB A ÉDIGE DE SEUS REGIMES MILITARES**

Ao buscar formular uma comparação entre as políticas externas dos dois regimes militares aqui abordados, devemos considerar que no caso argentino existe um *gap* temporal entre a instauração do primeiro governo militar (1966-1973) e o segundo governo militar (1976-1983). Esse pequeno espaço incorreu em uma rápida retomada da normalidade democrática e a volta do Governo peronista ao poder. O curto mandato acabou com sua deposição pelo segundo golpe militar. Nesse sentido, discutiremos as orientações de política externa dos dois países partindo de 1964, no caso brasileiro, e concentrando a análise no caso argentino a partir de 1966.

No que tange o caso brasileiro, Cervo e Bueno<sup>14</sup> identificam dois períodos distintos que orientaram a política externa do período militar no país. Primeiramente de alinhamento aos países do Norte e posteriormente de uma busca de autonomia que atendessem em primeiro lugar aos interesses nacionais. Os autores pontuam que «O regime militar que se instalou no Brasil em 1964, estabeleceu um padrão de relações externas, com o qual veio a romper em 1967, ao engajar-se em projeto de longo prazo, cuja continuidade não foi comprometida pelo governo civil restabelecido em 1985»<sup>15</sup>.

Nesse sentido, o primeiro governo instaurado sob o regime militar e comandado pelo general Castelo Branco entre 1964 e 1967, buscou romper com aquele que foi o comportamento «universalista» da diplomacia brasileira dos governos anteriores, ou seja, que colocava o interesse nacional acima das orientações ideológicas. O país passava, do ponto de vista político, a tomar parte dentro daquele que era o contexto bipolar da época, optando, claramente, pela posição ocidental liderada pelos Estados Unidos a qual ditava uma postura de isolamento para com os países do Leste que representavam a ameaça comunista que deveria ser combatida, especialmente, pelos países do hemisfério americano por se tratar de zona direta de influência norte-americana.

Para Vizentini: «O governo Castelo Branco representou um verdadeiro recuo, abandonando o terceiro-mundismo, o multilateralismo e a dimensão mundial da Política Externa Independente, regredindo para uma aliança automática com os EUA e para uma diplomacia de âmbito hemisférico e bilateral.»<sup>16</sup>

Luiz Cervo e C. Bueno<sup>17</sup> corroboram com essa interpretação de uma aliança automática – adoção das diretrizes da política externa norte-americana para a região – ao analisar

o período. Para eles, «nos termos da Chancelaria brasileira, as relações com os Estados Unidos foram “recolocadas” no eixo das prioridades em 1964, consolidadas em 1965, para atingirem o nível de “excelência” em 1966»<sup>18</sup>. Essa política de aproximação aos Estados Unidos iria sofrer mudanças posteriores com a decisão brasileira de se juntar ao bloco dos não-alinhados.

Na Argentina, o Governo de Juan Carlos Onganía (1966-1970) que à época comandava o país tendo chegado ao poder através de um golpe de Estado, igualmente colocava ênfase em suas práticas anticomunistas e pró-ocidentalistas. No entanto, Carlos Escudé e Andrés Cisneros pontuam que:

«As coincidências ideológicas de Onganía e Humberto Castelo Branco não se traduziram necessariamente em posturas coincidentes em sua política externa. Ainda que tenham apelado em seus discursos para as “fronteiras ideológicas” nas relações com seus vizinhos e com o resto do mundo, isso não impediu que seus governos tivessem divergências em relação à ALALC ou em relação à criação de uma Força Interamericana de Paz (FIP), derivadas de interesses nacionais concretos.»<sup>19</sup>

Para os autores essas diferenças entre Onganía e o governo militar brasileiro seriam mais contundentes quando da posse de Costa e Silva (1967-1969) e do chanceler José de Magalhães Pinto, o que levaria «as autoridades do Palácio San Martín e do Itamaraty a se “chocarem” em muitos temas sensíveis da agenda bilateral». Dentre os temas sensíveis, os autores citam «o aproveitamento dos recursos hídricos da Bacia do Prata e a extensão do mar territorial» – em 25 de março de 1970, o Governo brasileiro, através do Decreto-lei n.º 1.098, instituiu a ampliação do mar territorial brasileiro que passava de 12 para 200 milhas marítimas de largura. A questão da Bacia do Prata e a construção da usina de Itaipu continuariam sendo um fator de sensibilidade também durante o curto Governo peronista, que havia retornado ao poder após o fim do primeiro ciclo de governo militar e governou o país entre 1973 e 1976.

Com a queda do peronismo e a retomada do poder pelos militares argentinos sob o comando do general Videla (1976-1981), as relações entre os dois países experimentaram uma nova reaproximação política. Segundo Luiz Cervo,

«A Argentina de Videla reproduziu, a partir de 1976, o modelo que Castelo Branco implementara no Brasil entre 1964 e 1967, com evidente malogro, já que os Estados Unidos não tinham como estratégia retribuir, com favores econômicos, a subserviência política, uma vez que o liberalismo por si não dava credibilidade internacional.»<sup>20</sup>

A respeito da insuficiência do liberalismo enquanto estratégia de aproximação argentina aos Estados Unidos, comentada pelo autor, pesavam as questões relativas à cobrança pelo respeito aos direitos humanos durante o Governo de Jimmy Carter nos Estados

Unidos comentadas anteriormente e a postura argentina de manter um programa de pesquisa nuclear. Essa agenda de política interna argentina se refletia em uma impossibilidade de alinhamento e se traduziu de modo direto no corte pela metade da ajuda militar oferecida ao país pelos Estados Unidos.

No âmbito das relações bilaterais em análise, Carlos Escudé e Andrés Cisneros<sup>21</sup> consideram o período coincidente com o pós-golpe argentino de 1976 importante para se resolver a questão da utilização dos recursos hidrelétricos na região de fronteira e em especial à definição das cotas para a construção da usina de Itaipu. Na análise de Mario Rapoport,

«A partir de setembro de 1977, foram dados os primeiros passos em direção à cooperação. Depois de várias reuniões tripartidas e encontros a nível de assessores, em 19 de novembro de 1979, Argentina, Brasil e Paraguai assinaram o Acordo Tripartido sobre Corpus e Itaipu, pelo qual se definia a cota da represa hidrelétrica de Corpus e estabelecia o potencial a ser utilizado pela represa de Itaipu. Também foi assinado em 1980, em Buenos Aires, um acordo para o desenvolvimento e o uso pacífico da energia nuclear. Esses acordos abriram as perspectivas para a cooperação bilateral, ao passo que impediam qualquer situação conflitiva.»<sup>22</sup>

Na visão de Escudé e Cisneros<sup>23</sup>, apesar das reservas feitas por militares argentinos, que desconfiavam das intenções brasileiras e não se mostravam satisfeitos com as cotas estabelecidas no acordo tripartido relativas ao aproveitamento hídrico da usina de Corpus, «é certo que o acordo de 1979 pareceu abrir a perspectiva de uma aproximação entre Argentina e Brasil, como demonstraram as visitas dos presidentes Figueiredo a Buenos Aires em maio de 1980 e de Videla a Brasília em agosto do mesmo ano».

Luiz Bandeira comenta que a assinatura do acordo tripartido

«permitiu que, menos de dois meses depois, o ministro da Fazenda, Karlos Rischbieter, viajasse para Buenos Aires, a fim de negociar com seu colega Martinez de Hoz a eliminação dos obstáculos ao fomento do comércio entre o Brasil e a Argentina, a cooperação no campo energético, a execução de projetos conjuntos e a formação de empresas binacionais, ao mesmo tempo em que se propunha a reestruturação da Alalc, como acontecia, sob a denominação de Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração (Aladi).»<sup>24</sup>

Ainda segundo Bandeira<sup>25</sup> «os dois países, onde os regimes militares sofriam as pressões dos EUA, implementavam políticas exteriores, cujas diretrizes não somente se assemelhavam como convergiam e apontavam para a cooperação», especialmente no âmbito comercial e de desenvolvimento tecnológico.

Essa nova aproximação que recolocava nos eixos as relações bilaterais, ao mesmo tempo trazia maior estabilidade para o contexto sul-americano, já que durante o período a

Argentina vivia um clima de tensão com o Chile devido às questões concernentes com a disputa que os dois países travavam pelo canal de Beagle. Se por um lado essa disputa levava a uma escalada que poderia chegar ao enfrentamento bélico entre os dois países, por outro, a Argentina temia que em um possível conflito o Brasil tomasse parte pelo lado chileno, já que a tendência histórica brasileira «sempre fora manter uma espécie de aliança tácita com o Chile, como forma de conter a Argentina»<sup>26</sup>.

A assinatura do acordo sobre a questão da Bacia do Prata, iria refletir também em outro ponto sensível da relação bilateral que estava ligado com o desenvolvimento da pesquisa nuclear nos dois países<sup>27</sup>. As negociações acerca dessa questão culminariam com a assinatura do acordo de cooperação e aplicação da energia nuclear para uso pacífico em 17 de maio de 1980. De acordo com João Almeida<sup>28</sup>, foi nesse período que os dois países concentraram esforços para buscar uma maior cooperação militar, inclusive na fabricação de aviões e mísseis. Além da cooperação no campo da pesquisa, o Brasil se comprometia a oferecer tório e demais combustíveis nucleares para o reator nuclear argentino ainda em construção. A cooperação nuclear com a Argentina foi na visão de Madrid<sup>29</sup> a melhor saída que a diplomacia e a cúpula militar brasileira encontrou para não abandonar seu programa de pesquisa na área, já que existia grande pressão externa para que o país o renunciasse e assinasse o Tratado de Não-Proliferação. Essa mesma situação era vivida pela Argentina no tocante ao seu programa nuclear.

Observa-se que os reflexos desse novo período das relações bilaterais não se limitavam apenas no plano militar uma vez que as relações econômicas entre os dois países mostraram avanços significativos na década de 1980. Alguns autores, como Vigevani e colegas<sup>30</sup>, afirmam que a nova perspectiva da PEB mostrava que era necessário aliar o interesse nacional a um processo de integração abrangente começando pelo Cone Sul. A fim de realizar tal integração, os principais tomadores de decisão da política externa «confluíram diferentes perspectivas, inclusive empresariais. Em seguida, setores sindicais e outros grupos, inclusive intelectuais, somaram-se»<sup>31</sup>. De fato, essas convergências de interesses que tomavam forma nas duas partes da relação, apontavam claramente, para as possibilidades de uma maior integração nos moldes do que viria a se tornar a proposta do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

O esgotamento do modelo de substituição de importações foi outro fator que marcou a política externa de ambos os países já na década de 1980. No Brasil, a necessidade de se adequar aos novos desafios da economia mundial era cada vez mais crescente. Letícia Pinheiro<sup>32</sup> destaca que um dos novos desafios estava justamente na transformação do paradigma tecnológico que colocava os países em desenvolvimento num contexto de maior competitividade e de maior vulnerabilidade quando comparados às grandes economias, já que os mesmos se encontravam em um estágio inferior no que tangia aos avanços que as tecnologias industriais haviam experimentado. Como consequência, esse cenário ajudaria a produzir as distorções econômicas observadas na região ao longo desse mesmo período.

Dentro do contexto multilateral é importante notar o papel duplo que os regimes militares jogavam durante o período no que tangia ao sistema bipolar que dividia o mundo em dois blocos. Se por um lado os mesmos buscavam manter boas relações com os Estados Unidos, dadas as vantagens que as mesmas significavam em termos de ajuda externa e cooperação comercial, por outro, as relações comerciais com a URSS representavam uma fonte segura para suas exportações. No caso da Argentina, essa relação era de extrema relevância, conforme mostra a tabela a seguir:

**Tabela 1** > *Comércio exterior da Argentina*

#### EXPORTAÇÕES

1980	1981	1982	1983	1984
URSS 20,1%	URSS 32,4%	URSS 20,8%	URSS 20,8%	URSS 14,6%
Brasil 9,5%	Estados Unidos 9,2%	Estados Unidos 13,4%	Estados Unidos 9,6%	Países Baixos 11,0%
Países Baixos 8,9%	Países Baixos 7,6%	Países Baixos 7,9%	Países Baixos 9,4%	Estados Unidos 10,4%
Estados Unidos 8,7%	Brasil 6,5%	Brasil 7,4%	China 6,4%	Brasil 5,9%

#### IMPORTAÇÕES

1980	1981	1982	1983	1984
Estados Unidos 22,4%	Estados Unidos 22,0%	Estados Unidos 22,1%	Estados Unidos 21,6%	Estados Unidos 18,3%
Brasil 10,2%	Japão 10,2%	Brasil 12,9%	Brasil 14,8%	Brasil 18,1%
República Federal da Alemanha 9,3%	República Federal da Alemanha 9,6%	República Federal da Alemanha 9,0%	República Federal da Alemanha 10,5%	República Federal da Alemanha 9,5%
Japão 9,2%	Brasil 9,5%	Japão 8,0%	Bolívia 8,8%	Bolívia 8,5%

**Fonte:** BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz – *O Eixo Argentina-Brasil: O Processo de Integração da América Latina*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987, p. 68).

No caso brasileiro, apesar de a URSS ser o destino de *commodities* produzidas no país, o peso dessa relação não era tão perceptível quanto no caso argentino. Conforme podemos analisar na tabela a seguir, os Estados Unidos eram o principal destino das exportações brasileiras quando comparado o mesmo período, sendo que a URSS não chega a figurar entre os quatro principais parceiros comerciais do país.

**Tabela 2** > *Comércio exterior do Brasil*

#### EXPORTAÇÕES

1980	1981	1982	1983	1984
Estados Unidos 17,2%	Estados Unidos 17,9%	Estados Unidos 19,1%	Estados Unidos 21,2%	Estados Unidos 28,3%
República Federal da Alemanha 6,9%	Japão 6,0%	República Federal da Alemanha 7,0%	República Federal da Alemanha 6,6%	Japão 6,6%
Japão 6,8%	República Federal da Alemanha 5,8%	Japão 6,7%	Japão 6,6%	República Federal da Alemanha 6,4%
França 5,2%	França 4,8%	França 4,9%	França 4,7%	França 3,8%

#### IMPORTAÇÕES

1980	1981	1982	1983	1984
Estados Unidos 17,3%	Arábia Saudita 15,8%	Arábia Saudita 14,5%	Estados Unidos 35,1%	Estados Unidos 33,4%
Iraque 14,7%	Estados Unidos 15,3%	Estados Unidos 14,3%	Japão 10,3%	Japão 8,3%
Arábia Saudita 8,1%	Iraque 9%	Iraque 12,5%	França 9,0%	Canadá 8,0%
República Federal da Alemanha 6,5%	Japão 5,4%	Venezuela 4,7%	República Federal da Alemanha 8,0%	França 7,3%

**Fonte:** Elaborada pelos autores a partir de dados colhidos no sítio do The Observatory of Economic Complexity [<http://atlas.media.mit.edu/en/visualize/line/sitc/show/bra/all/all/1980.1984/>].

Destarte essa boa relação comercial que a Argentina mantinha com a URSS, Alberto Sosa<sup>33</sup> comenta que «a ditadura militar, apesar do superávit com a URSS, não queria obter desse país auxílio financeiro, tecnológico ou equipamento industrial, adequados

às necessidades argentinas». Ainda segundo Sosa, com a eleição de Ronald Reagan em janeiro de 1981, a política estadunidense para a América Latina viria a sofrer uma brusca mudança, inclusive no tocante aos direitos humanos, pauta essa que não foi prioridade da Administração Reagan para a região, já que as diretrizes de política externa de seu governo seguiam uma orientação de viés realista voltada para os interesses internos. Com o novo Governo norte-americano viriam a ser suspensas as sanções impostas pelo governo anterior contra a Argentina, dentre elas, aquela referente à venda de armas para o país. Nesse sentido, «a cúpula militar colocou como meta da política externa argentina recompor o vínculo com os Estados Unidos e estabelecer uma relação especial com esse país para converter a Argentina militar em sua “aliada preferencial”»<sup>34</sup>.

É importante notar que mesmo após a entrada de Reagan na Presidência dos Estados Unidos a URSS continuou sendo o principal mercado de exportação argentino, conforme mostrou a tabela. Igualmente, podemos perceber que no período quantificado, o Brasil teve uma gradual participação no volume das importações argentinas, chegando, em 1984, a praticamente se igualar com aquelas oriundas dos Estados Unidos. Nesse sentido, é possível perceber que as iniciativas para uma maior integração bilateral que vinham tomando forma, favoreciam em grande medida o capital industrial brasileiro e mostram o desequilíbrio característico das relações comerciais entre os dois países à época, conforme fica visível através da comparação das tabelas de importações entre os dois países apresentadas acima.

Luiz Bandeira, ao analisar a aproximação entre Argentina e Estados Unidos no período posterior à eleição de Reagan, comenta que foi:

«com tal aspiração, que a Argentina reativou a proposta inspirada pelo Departamento de Estado [dos Estados Unidos], para o estabelecimento de um pacto político-militar no Atlântico-Sul, envolvendo a África do Sul, o que o Brasil nunca aceitara, e começou a cooperar estreitamente com a política de Reagan na América Central, aonde enviou assessores em contrainsureição e agentes dos seus serviços de inteligência, com a experiência da guerra suja, a fim de treinarem as tropas de El Salvador no combate às guerrilhas da Frente de Liberación Nacional Faribundo Marti e participarem de operações secretas contra o regime sandinista da Nicarágua.»<sup>35</sup>

É dentro desse contexto de aproximação argentina aos Estados Unidos que a questão das Malvinas começa a tomar mais força dentro do Governo da cúpula militar. O descontentamento interno era um fator que pesava para que a ação de tomada da ilha viesse a cabo. Tal operação serviria, por um lado, para desviar a atenção interna das questões econômicas e sociais que afligiam a sociedade argentina, ao mesmo tempo que promoveria a unidade nacional ao criar um inimigo comum. Em caso de vitória, tal ação, igualmente legitimaria o Governo militar a se sustentar no poder.

Para Luiz Bandeira, «dúvida não há de que o governo de Washington, em maior ou menor grau induziu a junta militar de Buenos Aires a crer que os EUA assistiriam a Argentina na reivindicação das Falklands/Malvinas»<sup>36</sup>. No entanto, outras interpretações sobre a questão, como a de David Boyce<sup>37</sup>, entendem que os Estados Unidos não demonstraram apoio para a invasão e tampouco prometeram neutralidade. Jorge Laucirica<sup>38</sup> chama a atenção para uma tentativa de último minuto por parte do então Presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, de dissuadir o Governo argentino a invadir a ilha, tentativa essa geralmente ignorada por muitas análises do caso. Fato é, que após a tomada do arquipélago e a conseqüente reação britânica:

«Os EUA, sob fortes pressões internas da opinião pública e do Congresso, bem como em face dos seus compromissos com a OTAN, não tiveram alternativa senão aliar-se à Grã-Bretanha, à qual deram todo respaldo logístico nas operações militares para a recuperação das Malvinas/Falklands.»<sup>39</sup>

Dentro do contexto da Guerra das Malvinas é importante pontuar a atuação do Governo brasileiro, comandado à época pelo general Figueiredo, em relação ao conflito. Esse buscou auxiliar a Argentina durante sua investida ainda que a declaração oficial fosse de neutralidade. Essa atuação brasileira de neutralidade, «mas uma neutralidade imperfeita, isto é, favorável, na prática, à Argentina»<sup>40</sup> durante o episódio, é percebida como definitiva para o estreitamento e os conseqüentes avanços nos processos de integração que conformariam no Mercosul com os processos de transição democrática que aconteceriam nos dois países. Roberto Russell e Juan Tokatlian<sup>41</sup> identificam na última fase dos regimes militares alguns pontos comuns entre os dois países que viriam a favorecer os processos de integração que tomariam corpo com a retirada dos militares do poder. Segundo os autores, com os processos de transição democrática que se formavam nos dois países, aguçava-se a necessidade de maior cooperação para se obter maior poder de barganha frente aos novos desafios que os dois países passariam a enfrentar frente ao cenário internacional. Nesse sentido, os mesmos pontuam que durante o período de transição:

«Aprofundou-se a tendência à aproximação bilateral iniciada em 1979 mediante uma série de passos importantes, entre os quais cabe mencionar as gestões diplomáticas do Brasil em prol dos direitos argentinos sobre as Malvinas e a coordenação de posições em fóruns como a Assembleia Geral das Nações Unidas, a Unctad e o Gatt.»<sup>42</sup>

Percebe-se que diante do cenário internacional que se apresentava para os dois países naquele momento, a cooperação bilateral deixava de ser apenas uma solução para problemas pontuais para se tornar uma práxis que reiterava a importância do estabelecimento de uma relação que buscasse saídas para os problemas sociais e econômicos no longo prazo para os mesmos.

### 3. O COLAPSO DOS REGIMES MILITARES E OS NOVOS RUMOS DA RELAÇÃO BILATERAL

M. Hirst e R. Russell<sup>43</sup> argumentam que a derrota da Argentina para a Grã-Bretanha durante o conflito das Malvinas foi utilizada pelo Governo de Alfonsín como um marco rumo à consolidação da democratização do país. Era necessário recuperar a imagem argentina de um país civilizado perante a comunidade internacional, atraindo apoio político e econômico dos demais países para formalizar a consequente e necessária estabilidade democrática. Para tanto, o Governo de Alfonsín não poupou esforços, assessores e viagens oficiais para atrelar sua figura como a do representante da redemocratização do seu país.

A necessidade de se mostrar cada vez mais tolerante e democrático, não era uma preocupação exclusiva do Governo argentino durante o período de transição. Hirst<sup>44</sup> ressalta que esse movimento acompanhava o anúncio do fim da Guerra Fria e da nova configuração política e econômica internacional, que exigia uma maior cooperação

entre os países latino-americanos que estavam sob um contexto de restrições impostas pela crise econômica daquele período, tais como, os grandes endividamentos externos e as altas taxas inflacionárias conferidas internamente. Enfim, no tocante às relações bilaterais, trata-se de um momento que Hirst caracteriza «como um período de intenso espelhismo político e econômico entre os dois países»<sup>45</sup>.

Na Argentina, essa nova configuração da política externa buscava aprofundar sua relação com os países vizinhos, em especial com o Brasil. Essa diretriz era entendida como uma resposta que atendia às pressões feitas pela sociedade civil e a opinião pública. Tais anseios, na realidade, iam além de uma reconfiguração das relações exteriores com países vizinhos. M. Saraiva e L. Tedesco<sup>46</sup> comentam que internamente também havia pressões de diversos níveis da sociedade no sentido de uma busca por mudanças na ordem do poder, assim, o «período foi marcado pela recriação das coalizões políticas e de classe, enquanto distintas facções lutavam para manter ou modificar sua cota de poder. Neste jogo de poder, as relações sociais foram profundamente modificadas»<sup>47</sup>. Enquanto na Argentina o processo de redemocratização já estava relativamente avançado, João Almeida<sup>48</sup> comenta que, no Brasil, o Governo Sarney ainda se via diante do desafio de completar o processo de transição. Para tanto, o então Presidente brasileiro não poupou esforços para acelerar a democratização por meio do chamado «Emendão» que embutia um pacote de alterações constitucionais na Carta de 1967. Essas alterações facilitaram o desmantelamento formal do Governo militar já que: «estabelecia eleições diretas em dois turnos para todos os cargos executivos, de prefeitos ao Presidente da

A NECESSIDADE DE SE MOSTRAR CADA VEZ MAIS TOLERANTE E DEMOCRÁTICO NÃO ERA PREOCUPAÇÃO EXCLUSIVA DO GOVERNO ARGENTINO DURANTE O PERÍODO DE TRANSIÇÃO. ESSE MOVIMENTO ACOMPANHAVA O ANÚNCIO DO FIM DA GUERRA FRIA E DA NOVA CONFIGURAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA INTERNACIONAL, QUE EXIGIA UMA MAIOR COOPERAÇÃO ENTRE OS PAÍSES LATINO-AMERICANOS.

República; restabelecia a legalidade dos partidos comunistas; permitia a representação política do Distrito Federal e autorizava o voto dos analfabetos»<sup>49</sup>.

Além dessas alterações constitucionais, foram ainda desmontados os serviços de repressão do Estado criados durante o período e demais medidas consideradas autoritárias. Nesse novo contexto político que viviam os dois países, as relações bilaterais tomavam maior corpo à medida que o comércio entre os dois países passava a ser entendido como necessário para a estabilização econômica interna dos mesmos. O aprofundamento dessa relação era especialmente necessário para a Argentina, que sofria os desgastes consequentes da Guerra das Malvinas e viu sua relação com os Estados Unidos e a Comunidade Econômica Europeia perderem força de forma acentuada. Nesse contexto, Luiz Bandeira comenta que:

«Poucos meses depois de assumir o governo, o presidente José Sarney (1985-1990) ordenou a importação de 1,3 milhões de t de trigo, além de petróleo cru e derivados, a fim de aliviar o déficit comercial da Argentina, que chegaria, naquele ano, a US\$ 400 milhões, sendo firmado um acordo, segundo o qual toda vez que um dos dois parceiros tivesse saldo negativo superior a US\$ 50 milhões, o outro trataria imediatamente de aumentar suas compras, de forma a restabelecer, por cima, o equilíbrio do intercâmbio.»<sup>50</sup>

Ainda segundo Bandeira<sup>51</sup>, os dois presidentes à época se encontraram durante a inauguração da ponte internacional sobre o rio Iguazú em 29 de novembro de 1985 e iniciaram conversações no sentido de intensificar a cooperação entre os dois países e promover a integração econômica. O autor chama a atenção para o fato de que «oito meses depois, em 28 de julho de 1986, Sarney visitou Buenos Aires e formou com Alfonsín a Ata para a Integração Brasil-Argentina, com 12 protocolos. Além de acordos secretos, sobre aviação militar e energia atômica»<sup>52</sup>.

Esses novos acordos que visavam maior intercâmbio e cooperação bilateral acabariam se conformando no embrião do que viria a ser o Mercosul. Com a assinatura do Tratado de Assunção em 26 de março de 1991, essas relações passariam a ter um caráter mais institucionalizado e a busca por uma maior integração dos países do Cone Sul do continente americano passaria a ser vista como uma alternativa definitiva para a estabilização regional e a consolidação da democracia nos mesmos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise comparada das políticas externas de Argentina e Brasil durante seus regimes militares nos mostra que, destarte a ideia de uma competição entre os dois países na busca por uma liderança na região durante aquele período, suas políticas estiveram, em muitos momentos, orientadas por interesses comuns e em muitos pontos voltadas para a cooperação, como nos mostraram os episódios relativos à Bacia do Prata, Guerra

das Malvinas e aos projetos de cooperação nuclear. Igualmente é importante ressaltar as influências que em muitos momentos os dois países sofriam do ambiente externo na região, dada a divisão bipolar que o mundo vivia durante o período. Desse modo, em muitas ocasiões a cooperação era vista como forma de criar uma blindagem a possíveis interferências e ingerências externas dentro dos dois países e em suas áreas de influência.

Ainda que no tocante às questões estratégicas, os dois países tenham encontrado dificuldades para acertar os pontos relativos aos diferentes graus de interesses, o que percebemos é que em grande medida o entendimento e o reconhecimento mútuo da importância dos dois países para a região levavam a uma busca pelo consenso e não pela disputa de interesses. Igualmente, é importante ressaltar a atuação brasileira durante a questão das Malvinas na defesa dos interesses do país vizinho e o que a ajuda oferecida pelo Brasil significou para a ampliação de uma percepção de «identidade compartilhada» enquanto países pertencentes a uma mesma área de influência.

Nesse sentido, a análise comparativa nos auxilia a ter uma visão mais holística daquelas que foram as relações entre os dois países durante o período. A ideia de uma rivalidade pode encontrar mais respaldo quando analisados casos isolados onde os dois países travaram disputas mais acirradas na defesa de seus interesses nacionais. No entanto, ao se considerar o longo período histórico dos regimes militares percebe-se que as relações estiveram em grande medida marcadas por similaridades e pela busca de uma relação concertada entre os dois países em diversos momentos.

O desmantelamento das cúpulas militares que governavam os dois países com um curto espaço de diferença de tempo, e os consequentes processos de aprofundamento das relações bilaterais são provas de que a construção de um caminho para a cooperação não foi suprimido – ainda que em determinados momentos não tenha sido priorizado – pelos militares, mas sim entendido como estratégico e criou expectativas para os processos que se configuraram posteriormente. *RJ*

*Data da recepção: 9 de maio de 2016 | Data de aprovação: 5 de setembro de 2016*

## NOTAS

- 1** SIMONOFF, Alejandro – «La política exterior argentina durante la guerra fría: interpretaciones y debates». In *El centenario de los estudios históricos en La Plata*. Ciclo de conferencias. Setembro, outubro e novembro de 2009, p. 2. (tradução nossa).
- 2** CERVO, Amado Luiz, e BUENO, C. – *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992; VIZENTINI, Paulo G. F. – «O Brasil e o mundo: a política externa e suas fases». In *Ensaio FEE*. Vol. 20, N.º 1, 1999, pp. 134-154. PINHEIRO, Leticia – *Política Externa Brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004; ALMEIDA, João Daniel Lima de – *História do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2013.
- 3** LANDMAN, Todd – *Política Comparada: Una introducción a su objeto y métodos de investigación*. Madrid: Alianza Editorial, 2011, p. 29 (tradução nossa).
- 4** TRAVASSOS, M. – *Projeção Continental do Brasil*. 4.ª edição. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1947; COUTO E SILVA, G. – *Geopolítica do Brasil*. 2.ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967.
- 5** PINHEIRO, Leticia – *Política Externa Brasileira*.
- 6** CERVO, Amado Luiz, e BUENO, C. – *História da Política Exterior do Brasil*.
- 7** SAAVEDRA, Marisol – «La Argentina, los no alineados y las Malvinas». In *Todo es Historia*. Buenos Aires. N.º 395, 2000, pp. 6-22.
- 8** SOSA, Alberto J. – «Aspectos de la política exterior de la dictadura militar». Amersur.org. 1986, p. 3 (tradução nossa). [Consultado em: 10 de dezembro de 2015]. Disponível em: <http://amersur.org/Pollnt/apectos-politica-externior-dictadura-militar-corregido.pdf>.
- 9** ALMEIDA, João Daniel Lima de – *História do Brasil*, p. 532.
- 10** CERVO, Amado Luiz, e BUENO, C. – *História da Política Exterior do Brasil*.
- 11** SAAVEDRA, Marisol – «La Argentina, los no alineados y las Malvinas».
- 12** CERVO, Amado Luiz – *Relações Internacionais da América Latina: Velhos e Novos Paradigmas*. 2.ª edição. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 190.
- 13** ALMEIDA, João Daniel Lima de – *História do Brasil*, p. 543.
- 14** CERVO, Amado Luiz, e BUENO, C. – *História da Política Exterior do Brasil*.
- 15** *Ibidem*, p. 367.
- 16** VIZENTINI, Paulo G. F. – «O Brasil e o mundo: a política externa e suas fases», pp. 146-147.
- 17** CERVO, Amado Luiz, e BUENO, C. – *História da Política Exterior do Brasil*.
- 18** *Ibidem*, p. 374.
- 19** ESCUDÉ, Carlos, e CISNEROS, Andrés – *Historia de las relaciones exteriores argentinas*. Buenos Aires: CARI-CEPE, 2000. Livro online, não paginado (tradução nossa). [Consultado em: 16 de novembro de 2015]. Disponível em: <http://www.argentina-reee.com/historia.htm>.
- 20** CERVO, Amado Luiz – *Relações Internacionais da América Latina*, p. 190.
- 21** ESCUDÉ, Carlos, e CISNEROS, Andrés – *Historia de las relaciones exteriores argentinas*.
- 22** RAPOPORT, Mario – *Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2000)*. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 2000, p. 777 (tradução nossa).
- 23** ESCUDÉ, Carlos, e CISNEROS, Andrés – *Historia de las relaciones exteriores argentinas* (tradução nossa).
- 24** BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz – *O Eixo Argentina-Brasil: O Processo de Integração da América Latina*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987, p. 66.
- 25** *Ibidem*, p. 435.
- 26** *Ibidem*, p. 434.
- 27** PATTI, Carlo [org.] – *O Programa Nuclear Brasileiro: Uma História Oral*. 1.ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- 28** ALMEIDA, João Daniel Lima de – *História do Brasil*.
- 29** MADRID, Eduardo – «Argentina y Brasil: economía y política exterior bajo regimenes dictatoriales, 1976-1983». In *Ciclos*. Ano xx, Vol. xix, N.º 37-38, 2010.]
- 30** VIGEVANI, T., FAVARONI, G., JÚNIOR, H., et al. – «O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites». In *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 51, N.º 1, 2008.
- 31** *Ibidem*, p. 6.
- 32** PINHEIRO, Leticia – *Política Externa Brasileira*.
- 33** SOSA, Alberto J. – «Aspectos de la política exterior de la dictadura militar», p. 6 (tradução nossa).
- 34** *Ibidem* (tradução nossa).
- 35** BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz – *O Eixo Argentina-Brasil*, p. 445.
- 36** *Ibidem*, p. 446.
- 37** BOYCE, David George – *The Falklands War*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.
- 38** LAUCIRICA, Jorge O. – «Lessons from failure: the Falklands/Malvinas conflict». In *Seton Hall Journal of Diplomacy and International Relations*. Verão-outono de 2000, pp. 79-95.
- 39** BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz – *O Eixo Argentina-Brasil*, p. 447.
- 40** *Ibidem*, p. 448.
- 41** RUSSELL, Roberto, e TOKATLIAN, Juan Gabriel – «O lugar do Brasil na política externa da Argentina: a visão do outro». In *Novos Estudos CEBRAP*. N.º 65, 2003, pp. 71-90.
- 42** *Ibidem*, p. 83.
- 43** HIRST, M., e RUSSELL, R. – «Democracia y política exterior: los casos de Argentina y Brasil». In *Estudios Internacionales*. N.º 80, 1987, pp. 442-490.
- 44** HIRST, M. – «Brasil-Argentina: à sombra do futuro». In GUIMARÃES, S. P., e LLADÓS J. M. [ed.] – *Perspectivas: Brasil e Argentina*. Brasília: FUNAG, 1997, pp. 513-530.
- 45** *Ibidem*, p. 515.
- 46** SARAIVA, M. G., e TEDESCO, L. – «Argentina e Brasil: políticas exteriores comparadas depois da Guerra Fria». In *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 44, N.º 2, 2001, pp. 126-150.
- 47** *Ibidem*, p. 129.
- 48** ALMEIDA, João Daniel Lima de – *História do Brasil*.
- 49** *Ibidem*, p. 564.
- 50** BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz – *O Eixo Argentina-Brasil*, p. 462.
- 51** *Ibidem*.
- 52** *Ibidem*, p. 463.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, João Daniel Lima de – *História do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2013.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz – *O Eixo Argentina-Brasil: O Processo de Integração da América Latina*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz – *Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e Integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870-2003)*. 2.ª edição. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BOYCE, David George – *The Falklands War*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.
- CERVO, Amado Luiz – *Relações Internacionais da América Latina: Velhos e Novos Paradigmas*. 2.ª edição. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CERVO, Amado Luiz, e BUENO, C. – *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.
- COUTO E SILVA, G. – *Geopolítica do Brasil*. 2.ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967.
- ESCODÉ, Carlos, e CISNEROS, Andrés – *Historia de las relaciones exteriores argentinas*. Livro online, não paginado. Buenos Aires: CARI-CEPE, 2000. [Consultado em: 16 de novembro de 2015]. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/historia.htm>.
- GUIMARÃES, S. P., e LLADÓS J. M. (eds.) – *Perspectivas: Brasil e Argentina*. Brasília: FUNAG, 1997, pp. 513-530.
- HIRST, M., e RUSSELL, R. – «Democracia y política exterior: los casos de Argentina y Brasil». In *Estudios Internacionales*. N.º 80, 1987, pp. 442-490.
- LANDMAN, Todd – *Política Comparada: Una introducción a su objeto y métodos de investigación*. Madrid: Alianza Editorial, 2011.
- LAUCIRICA, Jorge O. – «Lessons from failure: the Falklands/Malvinas conflict». In *Seton Hall Journal of Diplomacy and International Relations*. Verão-outono de 2000, pp. 79-95.
- MADRID, Eduardo – «Argentina y Brasil: economía y política exterior bajo regimenes dictatoriales, 1976-1983». In *Ciclos*. Ano XX, Vol. XIX, N.º 37-38, 2010, pp. 103-136.
- PATTI, Carlo (org.) – *O Programa Nuclear Brasileiro: Uma História Oral*. 1.ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- PINHEIRO, Leticia – *Política Externa Brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- RAPOPORT, Mario – *Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2000)*. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 2000.
- RUSSELL, Roberto, e TOKATLIAN, Juan Gabriel – «O lugar do Brasil na política externa da Argentina: a visão do outro». In *Novos Estudos CEBRAP*. N.º 65, 2003, pp. 71-90.
- SAAVEDRA, Marisol – «La Argentina, los no alineados y las Malvinas». In *Todo es Historia*. Buenos Aires. N.º 395, 2000, pp. 6-22.
- SARAIVA, M. G., e TEDESCO, L. – «Argentina e Brasil: políticas exteriores comparadas depois da Guerra Fria». In *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 44, N.º 2, 2001, pp. 126-150.
- SIMONOFF, Alejandro – «La política exterior argentina durante la guerra fría: interpretaciones y debates». In *El centenario de los estudios históricos en La Plata*. La Plata, setembro, outubro e novembro de. Palestra, 2009.
- SOSA, Alberto J. – «Aspectos de la política exterior de la dictadura militar». Amersur.org. 1986. [Consultado em: 10 de dezembro de 2015]. Disponível em: <http://amersur.org/PolInt/aspectos-politica-externa-dictadura-militar-corregido.pdf>.
- THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY – «What is the trade balance for Brazil? (1980-1984)». 2016. [Consultado em: 29 de julho de 2016]. Disponível em: <http://atlas.media.mit.edu/en/visualize/line/sitc/show/bra/all/all/1980.1984/>.
- TRAVASSOS, M. – *Projeção Continental do Brasil*. 4.ª edição. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1947.
- VIGEVANI, T., FAVARONI, G., JÚNIOR, H., et al. – «O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites». In *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 51, N.º 1, 2008, pp. 5-27.
- VIZENTINI, Paulo G. F. – «O Brasil e o mundo: a política externa e suas fases». In *Ensaio FEE*. Vol. 20, N.º 1, 1999, pp. 134-154.